



# ELLO



ANO IX  
N.º 108  
MENSAL  
JANEIRO  
1983  
PREÇO 20\$00

**ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS**

Propriedade, Administração e Redacção  
Associação dos Deficientes das Forças Armadas  
Palácio da Independência — L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex

Director  
**J. EDUARDO L. CASCADA**

Composto e Impresso nas oficinas  
Empresa Pública Diário Popular (EPDP)  
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

# A ADFA TEM NOVOS ESTATUTOS

(PÁGINAS CENTRAIS)

## EDITORIAL

A ADFA foi abalada internamente por uma crise bastante profunda. Quando se pretendeu que a Assembleia Geral Nacional, em 20 de Novembro passado, se pronunciasse sobre a actuação, à margem dos Estatutos e das decisões dos órgãos competentes, que alguns elementos das delegações de Viseu e Coimbra vinham tendo, surpreendentemente, a Assembleia decidiu não tocar nesta melindrosa questão, dando-a por encerrada.

Isso levou a que a Direcção Central apresentasse a sua demissão. Era, de facto, estranho que o órgão máximo da ADFA tivesse assumido a responsabilidade de pôr uma pedra sobre as atitudes anti-associativas de alguns sócios. Perante isso, a Direcção Central estava realmente desautorizada, o seu programa desmentido e a liberdade para a actuação de grupos organizados político-partidariamente dentro da Associação institucionalizada. A própria forma como a Assembleia decorreu foi a expressão dessa acção organizada e que os Estatutos da Associação expressamente proibem. Acção que implica, como foi patenteado, métodos incompatíveis com o espírito de abertura, compreensão, liberdade e democracia da Associação.

A Assembleia Geral realizada no dia 29 de Janeiro no Porto não permitiu, desta vez, a concretização de tentativas previamente programadas por parte do mesmo grupo de sócios para inviabilizar os trabalhos e, novamente, de forma violenta, vir a substituir-se à própria Assembleia.

Apesar de ter sido garantido o normal funcionamento da Assembleia, não se foi, no que respeita as causas da demissão da Direcção Cen-

(Continua na 3.ª pag.)

## COMO ÓRGÃO MÁXIMO DA ADFA

## ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL DE 29 DE JANEIRO ASSUMIU EM PLENO AS SUAS RESPONSABILIDADES

As conhecidas dificuldades associativas de carácter interno avolumaram-se depois da Assembleia Geral Nacional de 20 de Novembro passado. Esta, pela forma como decorreu, ou melhor, como foi forçada a decorrer, deixou em aberto, ou agudizou ainda, os problemas existentes, ao não aprovar a alteração dos Estatutos, ao deixar por esclarecer a actuação dos órgãos sociais das delegações de Coimbra e Viseu à revelia dos princípios e normas por que se rege a Associação e ainda ao ter aprovado uma manifestação com objectivos indefinidos.

Logo depois da Assembleia, e na sua sequência, a Direcção Central apresentou a sua demissão cabendo aos sócios, a partir daí, pronunciar-se sobre a situação que se

verificava, pois que a eles directamente cabe a última palavra.

Ficou provado que a

massa associativa está consciente das suas obrigações dentro da Associação, já que, por todo o

trabalhos foram aprovadas.

Relativamente ao ponto que diz respeito à Direc-



Um aspecto geral da Assembleia

País, se verificou uma actividade bastante intensa e uma grande preocupação que vieram a culminar na Assembleia Geral Nacional de 29 de Janeiro no Porto.

A Assembleia, pela forma participada e responsável como decorreu, esteve à altura da Associação, adoptando as medidas que a situação exigia. Assim, para além da aprovação da alteração dos Estatutos, deliberação fundamental para o futuro próximo da Associação, a Assembleia pronunciou-se sobre a manifestação que não chegou a realizar-se e sobre a demissão da Direcção Central. Noutro local deste número, publicamos os novos Estatutos na íntegra e no final desta notícia publicamos as propostas que sobre os outros dois pontos da ordem de

ção Central, há que dizer, desde já, que a deliberação tomada não sanou totalmente esta questão, já que não chegou a proceder-se a uma discussão aprofundada desta matéria, nomeadamente das causas que estiveram na base da demissão, ou seja, essencialmente, o facto de não se ter apurado a responsabilidade da acção anti-associativa dos membros dos órgãos das delegações de Coimbra e Viseu. A deliberação da Assembleia sobre este assunto aponta mais para o futuro do que para o passado e ela, como órgão máximo da Associação, é soberana e, por isso, tem que ser plenamente respeitada.

Participaram na Assembleia Geral, que se realizou no Liceu Rodrigo de Freitas, perto de

(Continua na 3.ª pag.)

## LEGISLAÇÃO

# GOVERNO CHEGA AO FIM SEM APROVAR MEDIDAS REIVINDICADAS PELA ADFA

A pouco mais de dois meses das eleições, este Governo, para além da referenda do decreto das ADMs, está prestes a cessar funções sem aprovar as mais elementares medidas de carácter legislativo para os deficientes das Forças Armadas reivindicadas pela ADFA.

Nacional, depois de se negar a aprovar globalmente as alterações ao Decreto-Lei n.º 43/76, mas aceitando adoptar medidas legislativas parcelares nesse sentido, acaba assim por deixar o problema da legislação dos deficientes das Forças Armadas na situação em que o encontrou.

creto-lei sobre os deficientes em serviço com 60% ou mais de incapacidade em zonas operacionais parece ficar por aprovar. A razão será, segundo o Ministério da Defesa, o parecer desfavorável que o Estado Maior General das Forças Armadas terá emitido.

Tal como as ADMs, este

longa história. Em primeiro lugar, o projecto enviado do Ministério da Defesa desapareceu no EMGFA. Depois de enviada segunda via, por interferência da ADFA, foi, de facto, emitido o necessário parecer, mas, afinal, desfavorável.

Isto leva, segundo o Ministério da Defesa, a que

(Continua na 3.ª pag.)

O Ministério da Defesa

O próprio projecto de de-

projecto começou a ter uma



# ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

(Continuação da 1.ª pág.)

400 associados, entre os quais se deve destacar a presença de um número significativo vindos de algumas pequenas e distantes delegações, como Setúbal e Bragança.

No início dos trabalhos, sobre a Assembleia, à semelhança do que sucedeu na Assembleia de 20 de Novembro, caiu a ameaça de perturbação e inviabilização dos trabalhos, da responsabilidade dos mes-

contravam na sala cerca de 150 sócios.

Foi, assim, através desta Assembleia Geral Nacional, dada uma prova, perante nós próprios, da maturidade da Associação e de que são os sócios, para além dos próprios órgãos sociais, que, na ADFA, podem e devem desempenhar o papel fundamental para ultrapassar os momentos mais difíceis.

Publicamos a seguir as

postas que contemplava a realização de uma manifestação.

2 — Avalizar as negociações encetadas pelos actuais órgãos e cujos frutos já se fazem sentir.

3 — Que as manifestações sejam a última forma de luta depois de esgotadas todas as outras formas possíveis.

4 — Que toda e qualquer manifestação futura tenha a sua intenção bem definida e orientada. se-

4 — Reconhecendo embora a justeza das razões que levaram a Direcção Central a apresentar o seu pedido de demissão;

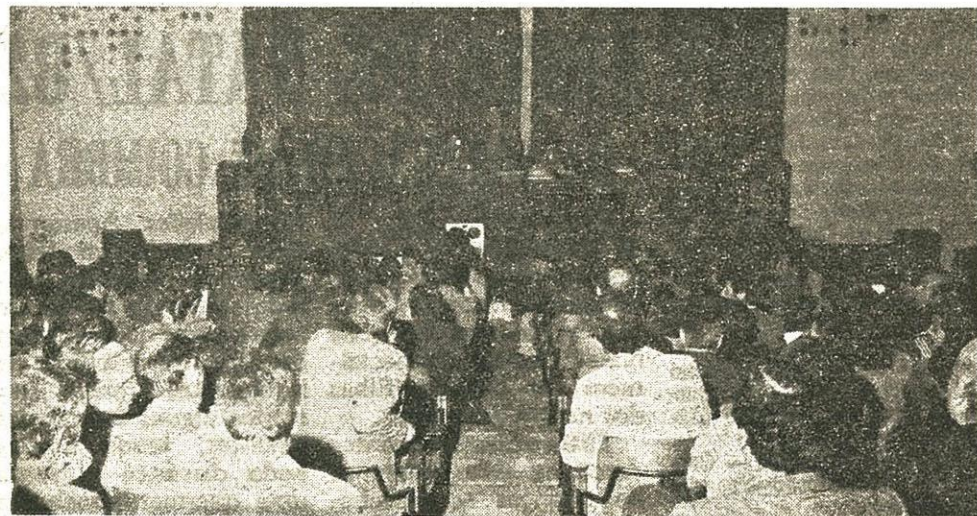
## PROPÕE-SE:

1 — Que a Mesa da Assembleia Geral Nacional somente aceite o pedido de demissão da Direcção Central e convoque Eleições Gerais dentro do prazo estatutário quando estiverem satisfeitas as seguintes condições:

a) Aprovado o Orçamento Geral da ADFA para 1983.

b) Realizada a Revisão Estatutária.

c) Discutido e votado o Relatório de Actividades e Contas relativo a 1982.



Durante os trabalhos

mos autores, em termos que não descrevemos aqui, porque chocantes, ficando do exclusivo conhecimento de quem participa nos actos associativos. A maioria consciente dos sócios, contudo, não permitiu que essa prática se concretizasse como havia sucedido em 20 de Novembro em Lisboa e a Assembleia funcionou.

Apartir daí, os trabalhos decorreram normalmente, tendo a Assembleia encerrado cerca das 19,30 horas.

Por volta das 17,30 horas, um grupo de sócios, sensivelmente o mesmo que fez prolongar a Assembleia de 20 de Novembro até às 22,30, abandonou a sala. Esse abandono não prejudicou os trabalhos que, a partir daí, prosseguiram normalmente. No final da Assembleia ainda se en-

propostas aprovadas na Assembleia.

## PROPOSTA

a) Considerando que a manifestação feita aprovar em Novembro passado não tinha definição;

b) Considerando que, conforme comunicado da Direcção Central, não houve viabilidade em realizá-la;

c) Considerando a grande contestação que à mesma manifestação houve, não só pela votação mas também por parte do maior número de órgãos dirigentes da ADFA e algumas centenas de sócios;

d) Considerando que o prazo para que ela se realizasse já expirou;

Proponho a esta AGN:

1 — Que não houve condições para a Direcção Central ter levado à prática a execução da pro-

postas isentas e respeitem os objectivos da ADFA.

## PROPOSTA

1 — Considerando que para o funcionamento normal e regular da vida Associativa se torna importante aprovar medidas de âmbito nacional sujeitas a prazos estatutários e legais;

2 — Considerando que a realização imediata de eleições ocasiona transtornos de ordem económica;

3 — Considerando a proximidade do Acto Eleitoral Geral normal da ADFA;

## ADMISSÃO DE DEFICIENTES

## NA FUNÇÃO PÚBLICA

## GRUPO DE TRABALHO A FUNCIONAR LENTAMENTE

O Grupo de Trabalho sobre o acesso dos deficientes à função Pública, a funcionar no âmbito do SNR desde 14-7-82, quase um ano após a sua criação, elaborou agora um relatório da primeira fase dos trabalhos, tendo já sido prorrogado o prazo, dada a quantidade e complexidade da matéria a abordar.

Aquele Grupo de Trabalho concluiu tornar-se necessário nomear para o referido grupo um representante do MRA, além do representante daquele Ministério no grupo de trabalho, dadas as alterações introduzidas na orgânica do MRA.

Efectivamente, tem sido o Ministério da Refor-

ma Administrativa que mais obstáculos tem levantado à admissão de deficientes na função Pública. O SNR havia feito um projecto inicial de trabalho resultante de uma busca à legislação existente, no entanto e dadas as dificuldades levantadas pelo pacote legislativo de 30-5-82 e a posição do MRA, o grupo entendeu que o SRN, conjuntamente com o representante do MRA, elaborassem um projecto a ser discutido pelo GT tendo então expirado o prazo pelo que os trabalhos foram interrompidos, tendo já sido publicada a prorrogação do prazo, pelo que o referido Grupo de Trabalho irá de novo funcionar.



Um elemento da Direcção Central no uso da palavra

# LEGISLAÇÃO

(Continuação da 1.ª pág.)

este processo se arraste e que já não venha a ter uma solução com este Governo.

Quanto aos projectos já elaborados no Secretariado Nacional de Reabilitação, não existem obstáculos deste tipo, pelo menos conhecidos, pelo que poderão ser aprovados ainda na vigência deste Governo. Ignoramos, se o Governo estará disposto a aprová-los.

A não ser aprovado nenhum dos projectos elaborados, e que, no conjunto, representam o equacionamento global dos problemas dos deficientes das Forças Armadas, este governo deixará para o próximo uma responsabilidade que, afinal, não assumiu. Espera-se que o Governo que em 25 de Abril resultará do voto popular seja mais sensível para

com os problemas dos deficientes das Forças Armadas, aplicar o decreto. Se esta demora se mantiver, a Direcção da ADFA irá dirigir-se directamente ao Chefe do Estado Maior do Exército, já que não se pode admitir que não se dê execução imediata a um diploma que tem toda a força legal.

Entretanto, relativamente à execução do decreto das ADMs, o Estado Maior do Exército está a atrasar o processo. A ADFA tem estabelecido vários contactos com os serviços do Quartel Mestre General e do próprio Estado Maior, obtendo sempre como resposta que se está a estudar a forma de

Esta é a última etapa do longo percurso de todo este processo e que, espera-se, deverá ser vencida rapidamente.

# EDITORIAL

(Continuação da 1.ª pág.)

tral, ao fundo das questões, ficando por esclarecer e sobretudo por responsabilizar as actuações anti-associativas dos elementos das delegações de Viseu e Coimbra. A dignidade e maturidade da ADFA vão exigindo que os sócios sejam capazes de assumir as pequenas contradições, que esclareçam e ultrapassem os obstáculos internos, mesmo quando impostos de fora.

Para além disso, a Assembleia Geral Nacional de 29 de Janeiro funcionou plenamente, esgotando a ordem de trabalhos e produzindo as correspondentes deliberações.

Este facto, depois do que se passou na Assembleia de 20 de Novembro (e sobretudo para quem o presenciou), é bastante positivo.

As deliberações agora tomadas, especialmente a alteração dos Estatutos, permitem entrar numa fase associativa mais estável, a coberto da autoridade da Assembleia, ou seja, de um grande número de sócios que, dos mais diversos pontos do País, se deslocaram ao Porto dispostos a garantir a integridade da Associação, o seu funcionamento pleno e o seu carácter independente.

Este passo decisivo foi dado pelos sócios especialmente alertados pelos acontecimentos da Assembleia de Novembro (uma amostra do que pode vir a ser ou, melhor, deixar de ser a ADFA). Foram os sócios que assumiram, para além dos próprios órgãos sociais (a Direcção Central esteve demissionária), a responsabilidade de repor a normalidade associativa. Serão os sócios, agora e sempre, tal como o foram logo na criação da Associação, a garantir que a ADFA será exactamente a expressão da sua vontade. Para isso requer-se a militância e participação, cada vez mais. Mas numa militância associativa, genuinamente nossa, capaz de simultaneamente fazer avançar a ADFA em direcção aos seus objectivos — uma grande força para defender os direitos de todos os associados — e fazer frente às práticas partidárias que alguns sócios cada vez mais claramente cá dentro vão desenvolvendo.

Agora, como sempre, a ADFA é aquilo que os sócios pretendem que seja, desde o menos inórmado e mais distante de Lisboa, até ao mais activo. A Assembleia Geral de 29 de Janeiro foi disso uma prova.

## ASSEMBLEIA GERAL DA ZONA SUL CONVOCATÓRIA

Nos termos do Art.º 42.º dos Estatutos, a MESA DE ASSEMBLEIA GERAL DA ZONA SUL, convoca todos os Sócios no pleno gozo dos seus direitos para uma Assembleia Geral da Zona Sul a ter lugar no dia 19 de Março de 1983, pelas 15 horas, na Delegação de Évora da ADFA, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 — Informações.

2 — Relatório de actividades e contas da Direcção de Zona Sul e parecer do Conselho Fiscal de Zona Sul.

Évora, 2 de Fevereiro de 1983.

A Mesa de Assembleia Geral da Zona Sul

O PRESIDENTE

Adelino Joaquim Santos



# A ADFA VISTA PELOS JOVENS DA OTL

No número de Outubro publicámos dois depoimentos de jovens do programa OTL/82, promovido pela Secretaria de Estado de Emprego, os quais relataram a experiência obtida pelo contacto permanente com a acção quotidiana da nossa Associação.

A propósito, convém fazer uma rectificação quanto à autoria dos textos publicados, já que, por lapso, foram atribuídos à mesma pessoa, quando a verdade é que «O MEU DEPOIMENTO» é da autoria do Rui Manuel Rebelo Mota da Cruz e «IMPRESSÕES SOBRE A ACTIVIDADE DESENVOLVIDA DURANTE OS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO AO SERVIÇO DA ADFA - PORTO» é da autoria de José Serafim Borges Vieira.

Entretanto, transcrevemos de seguida depoimentos de outros jovens que também passaram pela Delegação do Porto durante os meses de Julho, Agosto e Setembro, deixando-nos o testemunho do que viram e sentiram.

Na vida existem coisas que nós desconhecemos totalmente. Coisas que nunca podemos compreender, coisas impossíveis de ver e coisas das quais nunca quisemos entender.

O que é um deficiente? Para muitos é uma pessoa inutilizada, para outros ainda aquele coitado que teve pouca sorte na vida.

São poucas as pessoas que sabem o que é um deficiente.

Deficiente, como o nome indica, é toda a pessoa que sofre de perturbações mentais ou deformações físicas, mas não, deficiente é alguém que existe. Um alguém que infelizmente é desprezado, um «Coitado». A sociedade assim o vê assim o diz. Há uns meses atrás, se me perguntassem o que é para ti um deficiente, a minha resposta seria totalmente diferente da resposta que eu hoje dava.

Porquê?

Eu vivi, eu senti o mundo do deficiente, eu entrei a fundo nesse mundo, mundo esse ignorado por muitos.

Como?

Através da Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Sempre que eu entrava no portão desta Associação, eu entrava outro mundo, mundo completamente diferente do de cá de fora.

Vários elementos da Associação fizeram-me entender e fizeram com que eu visse o deficiente como uma pessoa normal.

Fizeram-me ver tudo com realidade, sem pessimis-

mos, sem pena, sem caridade. Fizeram-me ver, sim, tudo com amor, com amizade, com alegria.

Vi também que existia, para todos nós, camaradagem, amizade e confiança.

Foram pessoas que se preocupavam em explicar-nos, a integrar-nos, melhor dizendo, no mundo do deficiente.

Não foram aquelas pessoas que nos acolheram para podermos ganhar dinheiro, foram sim, uns professores para nós, uns amigos.

É pena que nem toda a gente possa ter a oportunidade de conhecer esse mundo ou até mesmo de compreendê-lo. Mas já me sinto feliz de eu o ter conhecido e de o ter compreendido, durante os dois meses que lá trabalhei. Para mim a Associação não foi um trabalho, mas sim uma escola onde eu aprendi muito. Gostei e revivo muitas vezes bons momentos que lá passei.

Vou terminar, fazendo votos que esta Associação continue em progressos e que um dia toda a gente possa ver e entender, como eu vi e como eu entendi, mas para isso é preciso que todos juntos e com toda a força façamos da Associação aquilo que ela mereça.

ALDINA CURADO

Entre Agosto e Outubro deste ano surgiu-me uma nova sensação, a de trabalhar.

Essa sensação tive-a eu na ADFA. Durante um mês eu «trabalhei», convivi e aprendi. Principalmente

aprendi, não há dúvida que o trabalho é uma grande escola.

Ouvi pesosas de todos os tipos e classes contando as suas aventuras e desventuras, manuseei volumosos processos de casos trágicos (uns) ou não tanto (outros). Bem, mas isto no capítulo do trabalho, no do convívio só posso dizer bem, simpáticos colegas (OTL) atenciosos e pacientes dirigentes e para que os laços fossem solidificados num torneio de ténis de mesa que a todos aproximou.

Concluindo, experiência 100% positiva.

JORGE VIEIRA

É-me extremamente difícil descrever por palavras aquilo que senti durante estes três meses que passei no vosso convívio, pois não sou de forma nenhuma apologista de transmitir por escrito aquilo que foi, no aspecto social e laboral, o curto espaço de tempo passado entre vós, membros desta Associação, onde tive o orgulho e prazer de trabalhar. Onde a palavra carinhosa foi palavra de «ordem». Tive uma camaradagem efectiva e são tanto de colegas como do Responsável de Serviço, onde, no aspecto organizativo, não se pode apontar com objectividade uma falha e ainda onde, no aspecto humano, a boa disposição impera

numa Associação que faz do infortúnio duns uma luta diária na esperança de novos melhores dias para outros.

Muito pormenorizadamente tentarei fazer um relato daquilo que passei, senti e por vezes disputei na vossa companhia.

Bom, no princípio é como tudo, os primeiros passos são sempre os mais difíceis, falta de conhecimentos, um pouco de receio por entrar num ambiente totalmente novo e ainda por ser a primeira vez que ia trabalhar, o ter de lutar sozinho contra a timidez, de não ter ninguém conhecido para me apoiar e ajudar a dar os primeiros passos, e por ter ido parar a um sítio mais ou menos relacionado com o Serviço Militar, a «ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS», organização da qual pouco ou nada tinha ouvido falar. Impressionava-me ver homens a reagirem como se nada fosse, sem um braço, ou perna, ou não andarem tão livremente e normal como eu andava, pois sentia-me infelizmente anormal perante eles, e assim foi o meu receoso e tímido início.

Enfim, é como diz o ditado, «não há bela sem senão», lá me fui habituando a vós e à vossa luta quotidiana, homens que, marcados pela mão da adversi-

## OS SÓCIOS COM MAIS DE 3 MESES DE QUOTAS EM ATRASO NÃO RECEBEM O «ELO»

Como é do conhecimento de todos os associados, o não pagamento de quotas por mais de três meses leva, nos termos dos Estatutos, à perda dos direitos associativos. Um desses direitos, salienta-se, é o recebimento do «Elo» regularmente.

Houve, até há pouco tempo, uma certa tolerância, não se cortando o envio do jornal logo após os três meses de não pagamento de quotas. Actualmente, no cumprimento estrito dos Estatutos, o «Elo» deixa de ser enviado aos sócios que não estejam no pleno uso dos seus direitos associativos.

É, assim, de toda a conveniência que os sócios mantenham actualizado o pagamento das suas quotas.

Recorda-se, entretanto, que para o pagamento das quotas não se torna imprescindível a deslocação dos sócios à Associação. As mesmas podem ser pagas através de cheque, ou vale de correio, sendo-lhes, em seguida, remetidos os respectivos talões.

Apela-se, por conseguinte, para uma maior atenção dos sócios quanto a este seu dever associativo, tanto mais que o quantitativo das quotas (apenas 30\$00 mensais) não é por si um encargo de vulto.

dade vão aos poucos e poucos ganhando raízes numa sociedade difícil de conquistar, fui abandonando a minha natural e frágil inibição de simples empregada nova, perdendo os complexos de lidar diariamente com homens de uma forma ou de outra marcados pela desgraça e assim me fui integrando na vossa sociedade, sendo sempre apoiada e ajudada por vós

que me puseram sempre à vontade e, de uma forma ou de outra, dignificaram e colaboraram na posição que ocupava e ocupou.

Grão a grão fui apanhando um pouco da vossa alegria, da vossa bizarra forma de ver as coisas, colaborando assim, para o meu mais fácil entrosamento dentro da vossa estrutura Orgânica.

Do relacionamento, em conviver convosco, fui alargando o meu pequeno campo de conhecimentos pessoais, e não seria sincera senão dissesse que a facto de ter sido motivo de uma boa dose de conversas puras e sadias, por vezes cheias de graça e divertidas que me levaram a rir com vontade, ajudando assim a minha curiosa estadia entre vós, abandonando desta forma, deveras tonificante, a concha onde me tinha escondido receosamente, sem dar a conhecer os sentidos e a minha maneira de trabalhar.

Todos sem excepção foram gentis para comigo, mas não quero deixar passar a oportunidade para realçar o Responsável do

(Continua na 8.ª pág.)

## DELEGAÇÃO DE SETÚBAL

# FESTA DE NATAL DE 1982

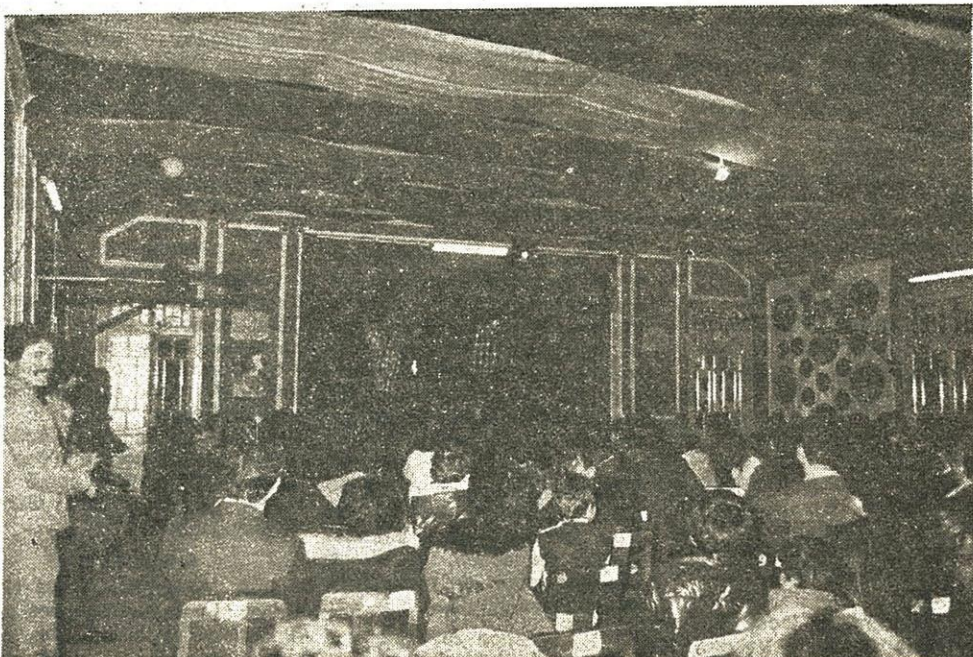
Como vem sendo hábito, realizou-se no passado dia 18 de Dezembro de 1982, a Festa de Natal dedicada aos filhos dos nossos sócios.

Teve lugar no Salão de Festas da Sociedade Musical Capricho Setubalense, que uma vez mais nos pôs à disposição as suas instalações.

Este ano contámos com a despretensiosa colaboração de destacados artistas locais:

JOÃO ANTÓNIO PERDIGÃO  
JOÃO MANUEL VICÊNCIO  
MÁRIO MANUEL MODESTO CAEIRO  
FERNANDO PATRÍCIO  
MARGARIDA BRANDÃO  
«TONI» BANGA  
GRUPO DE DANÇA DA SOCIEDADE «OS LOUREIROS DE PALMELA»  
GRUPO DE PALHAÇOS «OS PILHAS»

Contámos com a presença de mais de duzentas pessoas. Distribuíram-se brinquedos e guloseimas aos mais pequenos.



Durante a actuação dos palhaços na Festa de Natal da delegação de Setúbal



Um aspecto da sala durante a Festa de Natal delegação de Setúbal





## JOSÉ AFONSO REALIZOU GRANDE ESPECTÁCULO EM LISBOA

José Afonso, o cantor de «Grândola, Vila Morena», realizou em Lisboa, no passado dia 29 de Janeiro, um espectáculo que encheu por completo o Coliseu dos Recreios. Dias antes já os bilhetes se tinham esgotado.

O popular cantor, cujo nome ficou definitivamente ligado ao 25 de Abril (foi a sua canção «Grândola, Vila Morena», surgida na rádio na madrugada de 25 de Abril que serviu de senha para o «arranque» de todos os militares do MFA), há muito que não aparecia em público, devido a problemas de saúde.

Este espectáculo funcionou como uma autêntica homenagem do público a José Afonso. Homenagem que lhe é devida por todos os portugueses amantes da liberdade, tema que corajosamente vinha cantando antes do 25 de Abril.

O espectáculo de 29 de Janeiro terminou com a «Grândola», cantada em coro pelos presentes e especialmente por alguns militares do 25 de Abril que se juntaram, nessa altura, a José Afonso, no palco.

Não terá sido esta a última oportunidade de homenagear José Afonso. Assim se espera.

Não só ao público em geral, mas também a muitas organizações cabe o dever de lhe expressar o seu carinho e admiração. Entre elas se conta a ADFA, para cujos sócios José Afonso cantou já em alguns espectáculos e cujo preço foi sempre a solidariedade para com a causa da Associação.

## ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL VAI REALIZAR PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL DIA 12 DE MARÇO

A Associação 25 de Abril, que foi criada por um grupo de militares mais directamente ligados àquela data histórica, vai agora realizar a sua primeira Assembleia Geral, para a qual vão ser convocados os sócios já admitidos.

A Assembleia terá lugar no dia 12 de Março, da parte da manhã, nas instalações da Manutenção Militar em Lisboa. Da ordem de trabalhos constam alguns pontos fundamentais desta fase de implantação da Associação, e são:

- Informação sobre a formação da Associação;
- Ratificação dos Estatutos;
- Ratificação dos actos praticados pela Comissão Instaladora;
- Fixação da jóia e da quota;
- Discussão e aprovação do Regulamento Interno;
- Atribuição da qualidade de sócio fundador a militares do MFA falecidos;
- Informação sobre comemorações do 9.º aniversário do 25 de Abril de 1974.

Daqui, das páginas do «ELO», vimos seguindo com a maior atenção e interesse a criação e afirmação da Associação 25 de Abril, numa referência importante dos ideais que há quase nove anos fizeram crescer a esperança na maioria dos portugueses, sobretudo naqueles a quem a sociedade, no dia a dia, vinha limitando a sua realização plena.

Para além do muito de comum que existe entre a Associação 25 de Abril e a ADFA, em termos de ideais e de referências históricas, são neste momento já muitos os sócios da ADFA (oficiais do quadro permanente) que se inscreveram naquela Associação.

## ATRAVÉS DO «ELO» DEFICIENTE CIVIL ARRANJOU EMPREGO

Da responsabilidade da Secção de Dinamização da Delegação de Coimbra da ADFA foi publicada na edição n.º 106 do jornal «ELO» uma entrevista com a Clara Borges, jovem de 20 anos, amputada de um dos membros inferiores. Na referida entrevista retratava-se o mais fielmente possível o estado de espírito da deficiente que na altura não era nada famoso.

Actualmente, a Clara já trabalha. A entrevista foi lida por um leitor do «ELO», que em contacto conosco nos comunicou ter na empresa de que é um dos sócios um lugar de telefonista, vaga que veio a ser preenchida pela entrevistada. Graças ao nosso trabalho, mais uma deficiente deste tão maltratado País vê o seu futuro ligeiramente mais desanuviado.

Em nosso entender, o jornal «ELO» deverá ser

o veículo transmissor de toda a problemática do deficiente, não se devendo preocupar exclusivamente com questões de ordem interna, mas procurando ser o horizonte alargado daqueles que o lêem.

A Secção de Dinamização

## OS JOVENS DA OTL

(Continuação da 5.ª pág.)

Serviço, a quem devo muito, pois directa ou indirectamente contribuiu para a minha bem disposta integração no vosso meio, soube-me conduzir nos bons e maus momentos dando-me conselhos, aliviando-me dos vossos «termos» apelidos, alguns até bastante «criativos», dando-me para isso uma explicação leve e inteligente que me levava sempre ao ponto de partida, ou seja, antes de os ter ouvido, pessoa a quem eu trato por chefe mas que na vossa comunidade não passa de ser simples e mero camarada de trabalho e armas.

Assim, se passaram três meses, sem problemas, com mais ou menos vontade de trabalhar, mas sempre aprendendo a lidar com elementos novos, brincando e sabendo brincar, fazendo de cada dia um novo

EM 19 DE FEVEREIRO

## CONVÍVIO CULTURAL E DESPORTIVO NA SEDE DA ADFA

O Departamento de Dinamização, Cultura e Desporto, realiza, no próximo sábado, dia 19 de Fevereiro, uma jornada de convívio e dinamização entre sócios, familiares e amigos, com o seguinte programa:

- As 10 horas, Futebol de Salão no C. R. Encanação, Lisboa-Setúbal;
- As 11 horas, na Sede, início do Torneio de Bilhar e Ténis de Mesa;
- As 12 horas e 30 minutos, almoço na Sede;
- As 14 horas, filme para crianças;
- As 15 horas, projecção de 1 filme e intervenção da conceituada técnica Regina M. Costa.

## BARREIRAS ARQUITECTÓNICAS

## RATIFICAÇÃO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DO DEC.-LEI N.º 204/82

Conforme foi noticiado no Jornal «ELO» n.º 99, o Decreto Lei n.º 43/82, de 8 de Fevereiro, veio alterar o Regulamento Geral das Edificações Urbanas, no que respeita à supressão de barreiras arquitectónicas, isto é, veio consignar o direito ao acesso aos edifícios por parte dos deficientes, possibilitando-lhes assim, uma melhor e mais fácil integração social.

Em 22 de Maio de 1982, foi publicado o Dec.-Lei n.º 204/82, que vem cancelar e adiar para 31 de Março do ano em curso a entrada em vigor do Dec.-Lei n.º 43/82, de 8 de Fevereiro.

Oito meses passados sobre a publicação do Decreto que impõe a sus-

pensão da abolição de barreiras arquitectónicas, a Assembleia da República veio a discutir a ratificação deste decreto, através da intervenção do Grupo Parlamentar do P. C. P. A votação teve lugar no dia 1 de Fevereiro.

Com o levantar deste problema, mais uma vez aquele órgão de soberania foi chamado a pronunciar-se sobre uma questão fundamental para os deficientes e a discutir um facto de tanta importância, como o acesso, sem barreiras arquitectónicas, dos deficientes aos edifícios.

Este assunto, que parece que foi de extrema polémica, e que opôs, entre si, os mais variados grupos parlamentares, acabou por levar à ratificação do Dec.-Lei n.º 204/82, isto é, a Assembleia da República não levantou o cancelamento da abolição das barreiras arquitectónicas referido no Dec.-Lei n.º 204/82, mandando-o baixar à respectiva Comissão para que no prazo de trinta dias está o análise, e possa ser votado posteriormente na especialidade, permitindo, desta forma, que um direito inalienável dos deficientes não venha, para já, a ser levado à prática.

TIRAGEM

DESTE NÚMERO:

8000

EXEMPLARES

## POSIÇÃO DA DIRECÇÃO DA ZONA SUL SOBRE OS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS ASSOCIATIVOS

Relativamente a alguns dos últimos acontecimentos associativos mais sensíveis, a Direcção da Zona Sul da Associação manifestou, ainda antes da realização da Assembleia Geral Nacional de 29 de Janeiro, a sua posição, pretendendo que a mesma fosse publicada no «ELO».

Aqui fica, pois, registada essa posição.

Na sequência dos últimos acontecimentos Associativos toma esta Direcção da Zona Sul as seguintes posições:

— Deverá a Direcção Central mandar proceder a um inquérito rigoroso sobre as anomalias encontradas na Delegação de Ponta Delgada e proceder conforme os resultados

### BASQUETEBOL

### EM CADEIRA DE RODAS

### A ADFA VENCEU TORNEIO DA DGD

No passado dia 5 realizou-se a derradeira jornada, que pôs frente a frente a ADFA e o Alcoitão.

A nossa equipa, após uma primeira parte empolgante cujo resultado era de 23-2, desfrutava larga vantagem. Apesar disto, na segunda parte, os homens do Alcoitão cerraram os dentes e até ao apito final a partida ganhou em emoção, valorizando a vitória da ADFA, com o resultado de 45-27. Eis a classificação final:

1.º ADFA	10 pontos
2.º APD	10 pontos
3.º Alcoitão	9 pontos
4.º Joanitas	7 pontos

Apesar do mesmo número de pontos, a ADFA saiu vencedora, dado que tinha melhor «goal-average» sobre a APD.

Na primeira volta, a ADFA perdeu pela diferença de 7 pontos e na segunda volta ganhou pela diferença de doze pontos.

Salienta-se que esta é a terceira vitória consecutiva nesta prova da D. G. D.

No final foram distribuídos prémios aos participantes.

apurados, de modo a garantir o bom prestígio da ADFA.

— Deverá a Direcção Central reassumir as suas funções, renunciando à sua posição de demissionária, assegurando, como tem vindo a fazer, a resolução dos problemas que nos afectam.

— Por não se terem encontrado condições de realização da manifestação e também ainda porque esta Direcção pensa que, a ter-se realizado, a mesma teria sido inoportuna, porquanto foram dadas algumas respostas às nossas reivindicações, cremos que, de futuro, só deveremos ir para este tipo de actuação em última instância.

— Lastima esta Direcção da Zona Sul que a realização da próxima A. G. N. fosse marcada para o Porto, uma vez que isso leva à não participação duma grande parte dos sócios. Assim, de futuro, deverá ser encontrado um local mais Central para a realização das A. G. N., de modo a garantir uma maior participação Associativa.

## NATAÇÃO NA PISCINA DO INSTITUTO NACIONAL DE DESPORTOS

Prosseguem na piscina do IND, sita na rua Almeida Brandão, as aulas de natação para deficientes, com o seguinte horário:

3.ª e 5.ª-feiras — com início às 19 horas até às 21 horas.

Participa e contacta já o serviço de desporto da ADFA.







# REPORTAGEM DO «TAL E QUAL» SOBRE OS GRANDES DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

# UM BRILHANTE E ACUTILANTE RECADO AOS GOVERNANTES E CHEFES MILITARES

Como é sabido, as notícias na imprensa sobre deficientes em geral e sobre deficientes das Forças Armadas em particular não abundam. «Os jornalistas portugueses ainda não souberam ou não conseguiram pegar o jeito» a esta matéria.

Os poucos trabalhos que vêm sendo publicados tratam normalmente estas coisas dos deficientes pela «rama».

Há contudo já a registar, nas páginas dos nossos jornais, alguns trabalhos brilhantes. Estamos a recordar-nos de uma reportagem sobre a ADFA feita aqui há uns anos pelo Baptista Bastos no «Diário Popular» e temos agora perante nós um trabalho recente do «Tal & Qual».

O «Tal & Qual», na sua edição de 22 de Janeiro, publicou um trabalho, da autoria de J. Ferreira Fernandes, intitulado «O Exército esqueceu estes homens», em que trata a dura situação em que se encontram os grandes deficientes das Forças Armadas cujos acidentes não foram considerados em serviço e que se encontram no Anexo do Hospital Militar Principal e no Lar Militar, sem qualquer pensão e, por conseguinte, sem possibilidade de viverem a sua vida fora dos muros daqueles edifícios.

Trata-se de problema solucionável através da lei dos grandes deficientes, aprovada pelo Conselho da Revolução em 1978 e que os sucessivos governos a partir daí se negaram a publicar. Trata-se da questão cuja resolução a ADFA sempre considerou prioritária e como tal tem reivindicado junto do Ministério da Defesa Nacional sem êxito.

O trabalho agora publicado no «Tal & Qual» é um brilhante e ao mesmo tempo acutilante recado enviado aos governantes e aos chefes militares. É também uma oportuna denúncia perante a opinião pública. É um bom contributo dado à nossa causa. Esperamos que surta os seus efeitos.

Pela importância de que esta reportagem se reveste, aqui a publicamos na íntegra, com a devida vénia ao «Tal & Qual».

obrigado aos cumprimentos militares, sujeito às leis militares.

Momentos antes do acidente (ele vinha fardado) a Polícia Militar podia ter embriado com o nó da gravata que estava mal dado e qualquer sargento-ajudante podia ter exigido continência; momentos antes do acidente, o Carlos Pereira era um militar. Com o acidente passou logo, logo, a civil: como é que um tipo que nem é capaz de se manter em sentido pode pretender ser um militar?...

Mas é com isto que o Carlos não se conforma. A este homem que precisava de todo o seu tempo para se bater contra si mesmo, contra o raio destas pernas inertes, contra a esperança que teima em fugir, a este homem obrigá-se a lutar, durante doze anos, por esta óbvia coisa: «Eu quero uma pensão do Exército porque quando me acidentei, eu era pouco mais do que um objecto, era um soldado, pertença do Exército». É simples? É. Então é complicado para as leis militares.

## CARICATURA DE VIDA

Eu falei-vos do Carlos Pereira mas poderia apresentar-

-vos três, quatro, dez casos de jovens que permanecem no Anexo do Hospital Militar e no Lar da Cruz Vermelha, amarrados pelo Destino a uma caricatura de vida e remetidos pela estupidez dos homens à desesperança. Insisto em falar-vos só de casos individuais — muito embora exista um grupo de deficientes militares solidário e nas mesmas circunstâncias aos que me servem de exemplo — porque seu quanto um caso é um drama, e vinte casos, uma estatística. E apetece-me abanar-te, leitor.

Tanto quanto eu fui abanado. A mim agarraram-me os olhos duros do Domingos Figueiredo, que conheci no Lar Militar, pesam-me ainda os cantos da sua boca amargurada: «Já rasguei os papéis todos. P'ra quê mais voltas?» Da sua cadeira de rodas, o Domingos avisava-me que ainda guardou — num cantinho de onde comanda os seus gestos limitados — o último direito que lhe resta, o direito à revolta. Um dia foi ao cacifo onde tinha as cópias das suas exposições aos diversos chefes de Estado-Maior, governadores militares, partidos parlamentares e D. Manuela Eanes, e rasgou-os. Tudo. Até a assinatura em que ingenuamente insistia pôr, depois do nome Domingos Martins Figueiredo, «soldado número 006221170».

Porque, também com o Domingos, o Exército tem negado cumprir a sua obrigação, não sei se legal, mas seguramente moral. Naquela Natal de 1970, bem teria feito o Domingos se fosse para o Cais do Sodré embebedar-se e dar uma carga de porrada num polícia. Militar (era condutor-auto, na Pontinha), não seria porque tinha licença de fim-de-semana, não seria por isso que deixaria de apanhar pe'a medida grossa: um militar é sempre um militar e como tal seria julgado no Tribunal Militar. Mas não, não foi embebedar-se para o Cais do Sodré. Estava mobilizado para a Guiné e quis passar o Natal com a velhota, lá em

Pedrógão de S. Pedro, para as bandas de Penamacor.

## MESQUINHEZ

O acidente foi lá na terra. «Ao princípio pensei que fosse uma coisa assim como partir uma perna. Mas depois do Hospital Militar, p'ra'qui fiquei, há treze anos...», olha-me com o espanto que deve acontecer à mosca depois de embater no vidro da janela. Mas é o espaço de um momento, porque o que não tem remédio remediado está, e acabamos sempre por nos habituar às piores sacanices da vida. O que não quer dizer que se acoite a mesquinhez dos homens e das instituições que eles inventaram...

«Eu era emigrante, ganhava bem na construção civil, em França. Foram eles que precisaram de mim e me chamaram, não era eu que precisava das Forças Armadas» — e recapitula os tempos em que o Exército ao Domingos Figueiredo, soldado número 006221170, chamava-lhe seu. Fez recruta em Elvas, a especialidade no CICA, no Porto, e foi aguardar embarque para a Guiné no Quartel da Pontinha.

Depois foi o acidente e o Exército deixou de se interessar. Depois foi o Hospital Militar e o Lar Militar da Cruz Vermelha e o Exército a convencê-lo que ele era um civil. Depois foi a burocracia a encher-lhe a vida de petamares e escadas, a ele que se movia numa cadeira de rodas...

O Exército, quer dizer, a Nação, contra o Domingos — que luta! E espero que a Pátria vença, porque caso contrário, sabem lá vocês o rombo que o Orçamento Geral do Estado não levaria! «Eu acho que tenho direito a uma pensão», insiste o Domingos. E para quê, a pensão? «Sei lá, arranjava uma mulher. Deixava esta vida sem jeito, ia para a terra...» Mas tu queeres o mundo, Domingos! Tu, o Carlos, todos os outros lá do Anexo e do Lar com essas exigências loucas ainda vão desgraçar o País. Limitem-se a ser deficientes e callem-se.

O barulho da cidade tinha ficado para lá dos portões do Anexo do Hospital Militar e as árvores despídas só deixavam entrar a manhã de Inverno, com luz lisboeta e neblina. Apetecia viver a vida com passadas seguras. Mas, ao meu lado, o homem entroncado deslizava na cadeira de rodas: «Quero que a vida se lixe». Falou assim, nem mesmo pôs uma exclamação na frase. Falou como quem sabe que para si o futuro não é rosa nem é negro. Não é, e acabou. Eu vou falar-vos do azar de Carlos Pereira. Não do azar que um dia («Quando foi? 10 de Maio de 1971» a resposta veio pronta — há datas que se cozem à vida como óleo ao alcatrão e fazem-na derrapar para sempre), não vou falar do azar que um dia lhe lançou o carro para a valleta e a ele para a bermã da vida. Desse azar culpa-se o destino, e não há nada a fazer; felizes dos que creem em Deus: sempre podem culpá-lhe a responsabilidade ou implorar-lhe a misericórdia. Não, o que quero é lembrar o azar deste homem, obrigado a travar uma luta imbecil.

Combate do Carlos — teve um acidente quando era instrutor, em Lagos, prestes a ser mobilizado para Angola e, embora estivesse com licença de fim-de-semana (o carro despistou-se no regresso ao quartel), quer muito naturalmente ser considerado militar. Que não, dizem-lhe, pois o acidente «não tem relações em serviço». E repetem-lhe: «Não há legislação que o contemple». Não recebe, por isso, pensão alguma. Nada. Fazem o favor de o guardar, há doze anos, no Anexo do Hospital Militar. «Um dia, depois de sair aqueles portões, eles podem legalmente impedir-me de regressar. E não tenho nem pai nem mãe, ninguém...» Leitor, as palavras estão aqui para você as ler mas quem lhes ouviu o tom foi eu: garanto que não cabiam nelas nem uma nesga de lamúria. Só raiva.

## DE MILITAR A CIVIL

Só raiva porque antes era um homem inteiro e ganhava a vida e vieram desassossegá-lo. Manda am-no de Coimbra para Lagos, ensinaram-

lhe as subtilidades do «rastejar até mim», estiveram quase a enviá-lo para a guerra, convenceram-no do lema «antes de tudo és um soldado»...

Todo o comportamento do Carlos Pereira dia a dia, em todas as horas, fora e dentro do quartel, estava condicionado pela sua situação de militar.

## AVISO

- A cada momento vivo
- O roubo da minha identidade!
- Se tal acontecer
- De um crime julgo tratar-se...!
- ...E logo acusarei em pleno tribunal
- A impunidade da injustiça!
- Despir-me-ei em plena praça pública
- Mostrando o nu da minha [Inconformidade!]
- Reclamarei nos jornais decentes
- A presença das crianças
- Na manifestação do descontentamento!
- Convocarei em prospectos espalhados
- As mulheres naturais de outro destino!
- Levarei (se conseguir fugir às amarras [dos novos inquisidores])
- Por toda a parte
- A grandeza do homem postergado
- Pela hipocrisia de outros homens!
- Gritarei possesso a liberdade
- Como alimentar sustento da minha vida!
- Retomarei até a razão vencer
- O caminho amante da justiça!
- Defende-me!
- ...Não permitindo que a cada um de ti
- Seja atentada a liberdade...!
- ...De um crime julgo tratar-se!...
- Que o roubo da nossa identidade
- Não seja o lucro de um projecto pobre!!!
- Não permitas que a crise
- Tenha sempre como retrão
- A desvalorização do homem!
- Ignóbeis proclamadores
- Da dinastia atroz,
- Visam,
- Nas escâncaras medidas
- Da sua pusilanimidade,
- Retomar o medo,

Capacitando o homem  
De uma funcionalidade animal!

Os acordes ribombam  
Por arautos fantoches  
Licenciados na mediocridade  
Do seu consciente!

É urgente denunciá-los!!!

ANGELO TEIXEIRA

## ILUSÃO

a maré está cheia  
e a água bate-NOS,  
homens como rochas.

Revoltado choro junto ao teu búzio,  
a saudade de um amigo  
que se deixou absorver.  
(recordo-me como se fosse hoje o dia  
da tua libertação!)

...porque a água bate-NOS,  
homens como rochas.

ANGELO TEIXEIRA

## dest(H)INO

Entre mar e ar  
cruzadas iam  
as armas e os homens militar.  
A dor sentiam  
por alvejar  
em guerra. Povos. Por libertar.

Verdade grito ao acordar.  
Guerra d'amor. Voz de combate.  
Os homens sim  
reintegrar.  
Arma da vida que não abate.

Força-razão  
que tempera  
entre-braços-ligada.  
Portá-guião  
luta que lidera  
p'la justiça lavrada.

Como verbo Ser, num caminhar!

ANGELO TEIXEIRA

## —UM 6x6 EM BRANCO!

Colocar no quadro as 12 palavras seguintes:

ADOREM	CARITO	CELERE
EDITOS	EMASSA	ERMIDA
ITRIOS	LOARAM	OSMARA
REBOAR	RIAMBA	TOADAS

18 — Substituir os traços por letras e encontrar os nomes de 17 capitais de países europeus:

— C —
— A —
— P —
— I —
— T —
— A —
— I —
— S —
— E —
— U —
— R —
— O —
— P —
— E —
— I —
— A —
— S —

